**O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A ATUALIDADE DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL**

**RESUMO**

O trabalho trata da atualidade da Pedagogia da Alternância sob o Estado neoliberal, no capitalismo contemporâneo, considerando as mudanças conservadoras no trabalho e na educação; os desafios da práxis educativa das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão; e o reposicionamento teórico e político que o movimento nacional da Pedagogia da Alternância vem realizando. Em fase inicial, o estudo aponta que, apesar dos desafios presentes na práxis educativa dos CEFFAs, a trajetória da Pedagogia da Alternância no Brasil e os tensionamentos da política educacional neoliberal, têm contribuído para o reposicionamento teórico-filosófico do movimento CEFFAs no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Capitalismo e Estado Neoliberal. Formação Humana Omnilateral.

**ABSTRACT**

The paper deals with the current status of Alternation Pedagogy under the neoliberal State, in contemporary capitalism, considering the conservative changes in work and education; the challenges of the educational praxis of the Agricultural Family Schools of Maranhão; and the theoretical and political repositioning that the national movement of Alternation Pedagogy has been carrying out. In its initial phase, the study points out that, despite the challenges present in the educational praxis of the CEFFAs, the trajectory of Alternation Pedagogy in Brazil and the tensions of the neoliberal educational policy have contributed to the theoretical-philosophical repositioning of the CEFFAs movement in Brazil.

**Keywords**: Capitalism and Neoliberal State. Omnilateral Human Formation.

1. **INTRODUÇÃO**

O texto articula estudos das pesquisas de doutorado dos autores, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Políticas Públicas, ambos da UFMA, que se encontram nos diálogos e pesquisas compartilhados no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação (GEPPE). Em comum, as pesquisas, fazem esforços para compreender a Educação do Campo no capitalismo contemporâneo e seu Estado neoliberal.

O recorte aqui compartilhado aborda a atualidade da Pedagogia da Alternância, com ênfase na relação trabalho-educação, considerando as mudanças conservadoras no trabalho e na educação, no capitalismo contemporâneo, com destaque para reforma empresarial em curso na educação brasileira; os desafios concretos da práxis educativa no cotidiano das Escolas Famílias Agrícolas, organizadas pela União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (Uaefama); e o reposicionamento teórico e político, na direção de uma perspectiva mais crítica, que o movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil, vem realizando, manifestado nas declarações dos documentos das Conferências Nacionais da Pedagogia da Alternância do Brasil, realizadas em 2019 e 2025.

Com recurso da pesquisa bibliográfica e documental e da observação participante, o texto se propõe problematizar a atualidade da Pedagogia da Alternância no Brasil, considerando esses três aspectos da questão: a relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo, as práticas dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs)[[1]](#footnote-1) maranhenses e o reposicionamento do movimento nacional da Pedagogia da Alternância.

Como já indicado, o percurso investigativo que o texto sistematiza faz parte de um esforço de maior fôlego de compreensão da Educação do Campo como iniciativa de disputa do projeto educativo da classe trabalhadora, na atualidade do capitalismo contemporâneo. Um esforço que não se limita à esfera acadêmica, mas que pretende contribuir com a luta política, em coerência com a perspectiva crítico-dialética assumida, segundo a qual o desenvolvimento de qualquer processo de investigação social requer o posicionamento em favor da transformação da ordem social posta, pela compreensão da necessidade histórica de sua superação (Kosik, 1976).

Preliminarmente, o estudo sustenta que os movimentos pedagógicos com os quais a Pedagogia da Alternância irá dialogar no Brasil, dentre os quais a Educação Popular e a Educação do Campo, e as mudanças que o capitalismo contemporâneo e o Estado neoliberal têm gerado sobre o trabalho e sobre a educação brasileira na atualidade, corroboram para um reposicionamento dos fundamentos teórico-filosóficos do movimento CEFFAs e em sua relação com o Estado, de modo que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que situam os CEFFAs no âmbito das políticas públicas, subsumindo-se ao projeto dominante do capital, afirmam uma perspectiva contra hegemônica de educação.

1. **TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

A partir do quadro teórico-metodológico que orienta esse estudo, o materialismo histórico-dialético, consideramos que uma compreensão da atualidade da Pedagogia da Alternância no Brasil, seus limites e possibilidades de avançar na perspectiva de uma educação para emancipação humana e para a transformação social, tem raízes na práxis educativa que se efetiva na realidade concreta, no que tomamos como realidade empírica o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos CEFFAs do Maranhão, organizados pela Uaefama.

No entanto, a realidade concreta não se encerra na imediaticidade fenomênica em que se apresenta, pois constitui-se num fenômeno social historicamente situado na totalidade complexa e dinâmica da sociedade capitalista contemporânea. Portanto, sua concreticidade somente pode ser apreendida no desvelamento dessa realidade, como um todo estruturado e dialético de múltiplas determinações, movida por suas contradições (Marx, 1982; Kosik, 1976).

Desse modo, tomamos como pressuposto a concepção ontológico-histórica da relação trabalho-educação de que, conforme Saviani (1994; 2007), é o trabalho, modo como a sociedade em cada estágio de sua história organiza a produção das condições de sua existência, determinante na educação de seus sujeitos, a partir da qual consideramos que a compreensão da educação e sua transformação na atualidade, requer a compreensão e transformação do trabalho, dado a indissociabilidade dessa relação. O trabalho, portanto, aponta necessidades, exigências que a educação precisa satisfazer, constituindo-se no princípio fundamental do projeto de educação hegemônico em cada momento histórico.

No capitalismo contemporâneo, sob profunda crise estrutural, vivemos uma reestruturação produtiva que, dentre outras mudanças, é relevante destacar a substituição cada vez maior do trabalho vivo pelo trabalho morto, através da apropriação da ciência, também convertida em propriedade privada, e reduzida, cada vez mais, a um fator de produção. Esse processo de mortificação do trabalho intensifica-se com o incremento da Inteligência Artificial e da Indústria 4.0 (Antunes, 2020).

Essas mudanças tem implicado no surgimento de novos, porém reduzidos, postos de trabalho complexo de desenvolvimento de tecnologias, em geral nos países centrais do capitalismo, e aumento nas atividades primárias e de serviços nos países periféricos, intensificando a exploração, via flexibilização e precarização do trabalho, sob as mais variadas formas, tais como, temporalização, uberização, desemprego e informalidade e a exclusão produtiva, tornando a condição de explorado no mercado capitalista um privilégio, ao que Antunes (2020) tem se referido como o “privilégio da servidão”.

Sob a ideologia da meritocracia e o fetichismo do empreendedorismo, o capital elimina o trabalhador que precisa ser o empregador de sua própria força de trabalho; sem, porém, dispor dos meios de produção, que são cada vez mais concentrados por um número cada vez menor de proprietários. Ser empreendedor, para a maioria, reduz-se à condição precarizada de trabalhador desempregado, sem nenhum direito trabalhista.

No Brasil, cujo papel na economia mundial contemporânea se concentra na produção primária, temos uma redução da produção industrial, embora ainda seja uma atividade relevante; o crescimento do setor de serviços, sob as variadas formas de precarização; e o crescimento do agronegócio, que é a principal atividade produtora de superávit primário, com reduzida incorporação de mão de obra, em geral, sob regime sazonal, e um contraditório ônus sobre a sociobiodiversidade, intensificando os impactos ambientais, os conflitos no campo e o tensionamento sobre os territórios camponeses e dos povos tradicionais, seus modos de vida e de trabalho.

Nessa conjuntura, a atualidade da educação brasileira é o alinhamento da educação escolar aos objetivos de reprodução ampliada do capital na contemporaneidade de um sistema social em crise estrutural. Certamente que não se trata de uma relação passiva, mas atravessada pela luta de classes. No entanto, não podemos ignorar, a desigualdade de condições que perpassa as disputas em torno da educação dos trabalhadores e da base material sobre a qual está fundada, reconhecendo, segundo Marx (2007, p. 47), que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”.

Essa dominação se expressa desde as finalidades da educação que, no capitalismo contemporâneo, intensifica sua subordinação ao mercado, através da privatização da educação, convertida em comodities e ativos financeiros negociáveis nas bolsas de valores e da restrição da educação dos trabalhadores às habilidades e competências necessárias para reprodução material e político-ideológica do capital. Ou seja, a finalidade dominante é o mercado.

Para cumprir essas finalidades, a escola também sofre alterações em sua forma, assumindo a lógica empresarial, passando a ser organizada e gerida como uma empresa. A reforma empresarial da educação (Freitas, 2018) vem sendo implementada, no Brasil, nas duas últimas décadas, a partir de um conjunto de alterações na política educacional do que se destacam a centralidade na avaliação de larga escala, a base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, além da ação direta de diversas agências empresariais no sistema de educação brasileiro, do Governo Federal ao chão das escolas, articuladas nacionalmente no Movimento Todos pela Educação.

A tais finalidades e forma, soma-se uma simplificação, padronização e comoditização do conteúdo escolar, adequando a mercadoria-educação às necessidades técnicas e político-ideológicas do capital (Neves; Pronko, 2008). O conhecimento escolar é restrito às habilidades e competências requeridas por um mercado de trabalho, igualmente restrito, que diante da naturalização do desemprego, reproduz a ideologia do empreendedorismo e da meritocracia. Uma educação desumanizadora para o mercado do desemprego e reprodutora dessa atualidade de morte.

A contraposição a esse projeto educativo nos dirige para uma educação escolar como parte da formação humana omnilateral, emancipadora, que prepare as novas gerações para relações que conduzam a humanidade para a superação desse modo de produção destrutivo e sem futuro. Compreendendo que “apenas dentro da perspectiva de ir para além do capital, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica” (Mészáros, 2008, p. 68), fica evidente que a construção do futuro, que não se encerra na educação, é uma tarefa que exige construção e luta.

O reconhecimento do papel da educação na luta de classes requer disputar as finalidades, a forma e o conteúdo com o projeto dominante, a partir da crítica e da inserção da escola num movimento histórico de compreender para transformar a realidade. Contrapor a finalidade unilateral de formação de capital humano para o mercado de trabalho à formação humana omnilateral, para transformação da realidade, para o trabalho associado complexo. O que requer uma escola pública popular, em movimento; uma escola da práxis, uma escola politécnica, que não se restringindo às habilidades e competências e ao fetiche do empreendedorismo, socialize os conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos clássicos, integrados ao trabalho produtivo complexo, produtor de valor de uso.

Nessa direção, o desafio educativo contemporâneo da classe trabalhadora, de modo geral, e da Pedagogia da Alternância, em particular, atualiza as finalidades apontadas pelos pioneiros da educação socialista soviética, do início do século XX, de formar lutadores e construtores do futuro (Pistrak, 2009; Shulgin, 2013).

1. **A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NOS CEFFAS DO MARANHÃO E A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO**

O estudo sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil e os desafios contemporâneos dos CEFFAs somente pode ser exitoso circunscrito nessa atualidade, considerando a totalidade do capitalismo contemporâneo e seu Estado neoliberal e as múltiplas determinações que encerram sua complexidade e seu movimento histórico. Desse modo, o olhar para a particularidade que se pretende dirigir nessa seção faz-se situado no pano de fundo até aqui tecido.

De acordo com Ribeiro (2010), a Pedagogia da Alternância nasce na França na década de 1930 e se expande para diversos países, a partir dos anos de 1960. É nesta década que chega ao Brasil, com a implantação da primeira Escola Família Agrícola em 1968, no estado do Espírito Santo, vinculada ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), e se expande para grande parte do território brasileiro.

No estado do Maranhão, a implementação da Pedagogia da Alternância data de 1980, com a fundação da primeira EFA de Ensino Fundamental no Município de Poção de Pedras, articulada pelos sindicatos rurais, associações e movimentos sociais em parceria com a Igreja Católica. Posteriormente, outras escolas foram criadas nos diversos municípios do estado.

Mais de duas décadas depois é que vai ser implantada a primeira EFA de Ensino Médio, em 2005, no município de Lago do Junco, o Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro. A partir de então, outras vão surgindo, espalhadas pelos diversos municípios do estado, a constar: Anajatuba, Balsas, Bela Vista, Sucupira do Norte, Lago do Junco, Turiaçu e Grajaú, totalizando sete EFAs de nível médio, organizadas pela Uaefama, associação representativa das EFAs no Maranhão, criada em 1997, fruto do amadurecimento da caminhada dessas escolas no estado e pela necessidade de fortalecimento constante da identidade da Pedagogia da Alternância, com objetivos de garantir a representação das associações das EFAs do estado; fortalecer o quadro de diretores e monitores através de cursos de capacitação e orientações diversas; e lutar pela conquista de espaço de reconhecimento institucional, educacional e social dos CEFFAs.

De acordo com Begnami (2019), a Pedagogia da Alternância consiste em um sistema educativo que prevê a formação da pessoa utilizando espaços e tempos diferentes divididos entre escola e meio socioprofissional, a partir de um percurso formativo organizado em torno de quatro pilares: a Pedagogia da Alternância, a Associação, a Formação Integral e o Desenvolvimento do Meio, articulado por mediações pedagógicas próprias e específicas de cada realidade.

Em relação aos pilares, também, foi feita uma interessante proposição de atualização no Documento Final da II Conpab, segundo a qual,

Os quatro pilares fundamentais caracterizam os CEFFAs enquanto movimento popular educativo do campo, articulados como dois pilares meios: Associação e Pedagogia da Alternância e dois pilares fins: Formação Integral e Desenvolvimento do Meio, passam a ser apresentados no Brasil com novas significações: a Associação Gestora, composta por famílias, comunidades, pessoas, lideranças, organizações e movimentos socais; a Pedagogia da Alternância como sistema educativo pertinente e apropriado para uma educação popular contextualizada; a Formação Humana integral e emancipatória e a Produção e Reprodução Sustentável da Vida, baseada em princípios da Agroecologia (Unefab, 2025, p. 69).

A partir do final dos anos 1990, com a emergência da Educação do Campo como uma concepção de educação, políticas públicas e movimento social (Caldart, 2012), a Pedagogia da Alternância irá compor esse movimento contribuindo com seu acúmulo histórico e fortalecendo, em suas concepções e práticas, a perspectiva da luta de classes (Begnami, 2019).

Segundo Caldart (2012), a concepção originária da Educação do Campo é edificada sob bases teórico-epistemológicas diferenciadas, assim como por fundamentos e princípios específicos que norteiam sua prática, a citar a Pedagogia socialista, a Pedagogia do Movimento, a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia Histórico-crítica. Do ponto de vista da organização do trabalho pedagógico propõe assumir a soberania alimentar, a reforma agrária, a agroecologia, a cooperação, a gestão democrática e a organicidade da classe trabalhadora como eixos articuladores e organizadores do currículo para a formação dos trabalhadores.

Afirma, ainda, que é a luta em defesa da terra, a resistência e construção de campo dos camponeses, que vão dar fruto a um novo projeto de educação, a Educação do Campo, construída a partir de seus sujeitos e suas especificidades. Um projeto de educação dos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do campo, orientado por uma concepção afirmativa da vida camponesa (Caldart, 2004).

É nesse contexto, que os CEFFAs de Ensino Médio, organizados pela Uaefama, oferecem um currículo integrado à Educação Profissional de Nível Técnico com habilitação em Agropecuária, em alternância. E, embora cada escola apresente especificidades singulares, compartilham um conjunto de fundamentos filosóficos e pedagógicos, princípios e mediações didáticas, numa perspectiva emancipadora, que se contrapõem à Pedagogia do Capital, a partir da unidade que orienta as práticas pedagógicas, articuladas pela organização estadual e dirigidas pelo movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil, representado, no caso, pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab).

Concretamente, expressam, possibilidades e contradições da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo na disputa por hegemonia, ante a reforma empresarial da educação, que precisam ser mais bem compreendidas. No entanto, embora possuam um sistema educativo específico e relativa autonomia na gestão escolar, através das organizações sociais comunitárias mantenedoras, os CEFFAs não fogem às determinações do capitalismo, uma vez que se encontram inseridos no contexto histórico e social, subordinando-se à hegemonia da Pedagogia do Capital, que na atualidade se expressa nas reformas em curso na política educacional brasileira.

No campo das possibilidades, a atualidade desafia o projeto educativo da Pedagogia da Alternância a fortalecer seus fundamentos filosóficos e político-pedagógicos, de modo que potencializem uma compreensão crítica da realidade e uma educação como práxis, contribuindo na formação de seres humanos que se somem na luta pela emancipação humana e pela transformação social, uma vez que a disputa travada no âmbito da educação é apenas uma expressão da luta de classes contemporânea.

1. **O REPOSICIONAMENTO CRÍTICO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL**

O terceiro elemento que arrolamos nessa análise refere-se a evidências de que o movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil, desde suas origens, nos anos 1960, e com mais ênfase nas duas últimas décadas tem avançado na direção de uma práxis orientada por referenciais teóricos e epistemológicos contra hegemônicos.

Conforme Gimonet (2007) e Begnami (2019), a Pedagogia da Alternância nasce na França, e se estende mundo afora, inspirada na Filosofia Personalista de Emmanuel Mounier, que é a base do Humanismo Cristão Católico que, embora critique a desumanização do capitalismo, se limita a uma crítica idealista, reformista e conservadora. E, pedagogicamente, irá fundamentar-se na Pedagogia Ativa que, por sua vez, concebida a partir da crítica à Pedagogia Tradicional, também, irá restringir-se à conformação da sociabilidade capitalista.

Desse modo, Begnami (2019, p. 23) afirma que

A Pedagogia da Alternância, por sua vez, dadas as suas origens históricas, possui em sua gênese as bases teóricas da Filosofia Personalista e da abordagem humanista de cunho liberal. Esta matriz não questiona o modelo hegemônico de sociedade vigente, pois não vê as contradições engendradas no sistema capitalista de produção. A corrente humanista, historicamente envolvida na Pedagogia da Alternância limita seu potencial enquanto educação emancipatória da classe trabalhadora camponesa.

No seu desenvolvimento histórico, a Pedagogia da Alternância irá atualizar seus fundamentos, sobretudo na França, incorporando a “Teoria da Complexidade”, de Edgar Morin, possibilitando uma compreensão mais complexa da realidade (Gimonet, 2007). No entanto, preservando seu caráter conservador.

A esse respeito, Begnami (2019) concorda com Terlau (2015), segundo o qual

A história do Movimento da Pedagogia da Alternância nos mostrou que suas aproximações com a corrente humanista colocou em cheque a sua identidade histórica como pedagogia popular do campo, trazendo entraves para os CEFFAs se constituíssem na perspectiva contra-hegemônica da sociedade, ou seja, que realizassem uma educação comprometida com a emancipação humana (Telau, 2015, p. 44).

No Brasil, a conjuntura política dos anos 1960 e o encontro com a Educação Popular freireana e a Teologia da Libertação, provocaram um deslocamento que, sem abandonar a perspectiva humanista cristã, aproximou de concepções críticas, inclusive do materialismo histórico-dialético.

Na sequência, o início do Século XXI tem colocado tensionamentos importantes sobre os CEFFAs no Brasil que têm exigido, cada vez mais, do movimento da Pedagogia da Alternância, respostas teórico-práticas contra hegemônicas. Dos tensionamentos, citamos: a própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, com intensificação da exploração mercantil capitalista sobre os territórios camponeses, decorrente da reprimarização da economia brasileira, e da ação privatista e empresarial sobre a educação; a redução do apoio financeiro internacional aos CEFFAs no Brasil, em decorrência dos impactos da crise econômica, com restrições da capacidade financeira da Cooperação Internacional, que coincide com uma avaliação positiva das condições políticas e sociais do Brasil, a partir da eleição de Lula em 2002, e a emergência de outras prioridades mundiais como desdobramentos da crise estrutural; e a constituição da Educação do Campo como um movimento contra hegemônico, que irá incluir o movimento da Pedagogia da Alternância, fortalecendo-o politicamente e contribuindo com a crítica aos seus fundamentos filosóficos e políticos.

Além dos desafios que perpassam as condições objetivas de existência dos CEFFAs na atualidade, exigindo um reposicionamento na relação com o Estado na direção da instituição de políticas públicas que reconheçam a natureza pública da educação dos CEFFAs e viabilizem seu financiamento público, sem perder a autonomia político-pedagógica e a autogestão comunitária, a política educacional neoliberal e sua lógica empresarial também tensionam o projeto educativo dos CEFFAs, pelo caráter universalista e impositivo dos instrumentos que conformam a política educacional, dos quais destacamos o sistema de avaliação em larga escala, a BNCC e a reforma do Ensino Médio.

Nesse cenário, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância entram em confronto com a Pedagogia do Capital e a reforma empresarial em curso na educação brasileira, representada por alguns agentes nacionais e internacionais interessados em direcionar ações na perspectiva da elaboração, articulação, comunicação e intervenção nas políticas públicas educacionais, com o objetivo, conforme Freitas (2018) de garantir a padronização e a responsabilização verticalizada, na perspectiva de intensificar a atuação da esfera privada sobre os diversos aspectos da educação pública, radicalizando a dimensão da educação-mercadoria, expandindo o mercado educacional, e a customização da mercadoria-educação às necessidades, interesses e lógica do mercado (Neves; Pronko, 2008).

A Pedagogia da Alternância como um projeto de educação dos camponeses segue na resistência ao projeto de educação hegemônico, se fortalece numa perspectiva contra hegemônica na esteira dos fundamentos político-pedagógicos e do movimento da Educação do Campo, mas vem perdendo autonomia político-pedagógica sob a pressão direta e indireta das reformas educacionais contemporâneas.

Essa tendência se expressa no cotidiano das escolas de Ensino Médio do campo, a partir da reformulação curricular com forte alinhamento do processo formativo ao desenvolvimento de competências e habilidades em matemática e português.

Por tudo isso e em contrapartida, o movimento nacional da Pedagogia da Alternância tem assumido um claro posicionamento contra hegemônico, alinhado à perspectiva de classe do movimento da Educação do Campo, manifesto nos documentos das duas Conferências Nacionais (Conpab, 2019 e 2025).

30. Sendo assim, no campo das aproximações e dialógicos epistemológicos, a Pedagogia da Alternância tem interface com a Educação Contextualizada e a Educação do Campo, concepções de educação protagonizada pelos movimentos sociais e demais setores da classe trabalhadora organizada e se vincula à luta dos movimentos sociais pela construção de um novo projeto de campo e sociedade

(...)

32. Os CEFFAs do Brasil compreendem a Pedagogia da Alternância como uma construção historicamente matriciada na luta do movimento camponês. Desse modo, posicionam sua concepção de educação como um instrumento ético e político de formação e emancipação humana, na perspectiva da hegemonia da classe trabalhadora (Unefab, 2025, p. 20).

Particularmente em relação ao Ensino Médio Integrado, afirmam “um posicionamento político, que trata da educação, de uma forma plena, global, holística, na dialética da totalidade (Benísio; Costa, 2019, p. 39), cuja formação integral, um dos seus pilares fins, é concebida como um projeto educativo na perspectiva da formação humana emancipatória e transformadora, o que implica num reposicionamento de seus referenciais teóricos e filosóficos, como podemos observar na proposição da II Conpab a seguir:

(...) A formação integral na perspectiva emancipatória requer uma ressignificação dos referenciais teóricos e filosóficos, aproximando a prática educativa dos CEFFAs aos referenciais que mais nos ajudam a analisar e compreender, de forma crítica e comprometida, a complexidade do nosso mundo, o Materialismo Histórico e Dialético ou a Filosofia da Práxis (Unefab, 2025, p. 49-50).

Destacamos, ainda, a afirmação da concepção de trabalho como princípio educativo como orientadora da práxis educativa dos CEFFAs:

22. O Trabalho como princípio educativo ganha força na Pedagogia da Alternância quando esta promove a articulação da formação dos sujeitos com os espaços da produção da existência, propiciando a unidade do trabalho intelectual com o manual. Para tanto, faz-se necessário uma organização diferenciada do trabalho pedagógico na escola e noutros espaços formativos com base numa compreensão da formação humana crítica e transformadora da realidade, rompendo a dicotomia teoria-prática, valorizando os saberes e as experiências dos sujeitos na sua diversidade de produção das condições de existência, seja na produção no campo, nas águas e nas florestas (Unefab, 2025, p. 18).

Do exposto, consideramos que apesar dos muitos desafios, decorrentes da própria trajetória da Pedagogia da Alternância e do capitalismo contemporâneo, sob a hegemonia da política educacional neoliberal, e mesmo em decorrência desses desafios, é evidente um reposicionamento teórico-filosófico na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da filosofia da práxis, que corroboram na defesa de um Ensino Médio Integrado e politécnico, como contraposição ao Ensino Médio dualista; à concepção de conhecimento restrita às habilidades e competências, com prioridade no treinamento da proficiência em língua portuguesa e matemática para as avaliações de larga escala; à educação profissional pragmatista, cuja flexibilidade transita entre o conhecimento tácito das competências técnicas de uma determinada ocupação profissional e o fetiche da educação para o empreendedorismo que, na prática, vem impregnando o projeto educativo dos CEFFAs.

Fica evidente que a atualidade coloca um duplo desafio que precisa ser enfrentado pelo movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil: superar as concepções conservadoras de origem e resistir ao conservadorismo das políticas neoliberais contemporâneas que se impõem na força e por consenso.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como um esforço de primeiras aproximações para uma compreensão da atualidade da Pedagogia da Alternância no Brasil, considerando os três aspectos elencados – a relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo, as práticas dos CEFFAs maranhenses e o reposicionamento do movimento nacional da Pedagogia da Alternância – consideramos que embora as origens filosóficas e pedagógicas da Pedagogia da Alternância se fundem no Humanismo Cristão e na Pedagogia Ativa, marcando sua história por um posicionamento sócio-político conservador, que se expressa na práxis educativa dos CEFFAs, mundo afora, o percurso da Pedagogia da Alternância no Brasil e seu diálogo com a Educação Popular e a Educação do Campo, corroboram para um reposicionamento dos fundamentos teórico-filosóficos do movimento CEFFAs e em sua relação com o Estado, de modo que, ao mesmo tempo em que lutam pelo reconhecimento dos CEFFAs no âmbito das políticas públicas, afirmam uma perspectiva contra hegemônica de educação.

Consideramos, ainda que as mudanças que o capitalismo contemporâneo e o Estado neoliberal têm gerado sobre o trabalho e sobre a educação brasileira na atualidade, tem impactado também os CEFFAs, tensionando ao alinhamento conservador às suas finalidades, forma e conteúdo em ameaça ao seu projeto educativo, cuja resistência tem exigido um reposicionamento crítico, frente a ofensiva da educação capitalista na atualidade, requerendo contraposição à sua finalidade unilateral de formação de capital humano com uma formação humana de perspectiva omnilateral; à sua forma privatista e empresarial, com uma escola pública popular e em movimento; e às restrições do conteúdo às habilidades e competências, com uma escola da práxis, uma escola politécnica, socializadora dos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos clássicos, integrados ao trabalho produtivo complexo, produtor de valor de uso, ao trabalho associado.

Em síntese e a despeito dos desafios concretos presente na práxis educativa dos CEFFAs, consideramos que a trajetória da Pedagogia da Alternância no Brasil e a atualidade do capitalismo contemporâneo, com hegemonia da política educacional neoliberal, tem contribuído para um reposicionamento teórico-filosófico do movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil, na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da filosofia da práxis.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEGNAMI, João Batista. **Formação por alternância na licenciatura em educação do campo**: possibilidades e limites do diálogo com a pedagogia da alternância. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2019.

BENÍSIO, Joel Duarte; COSTA, Tiago Pereira da; (orgs.). I Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil (CONPAB) & I Colóquio Internacional Interdisciplinar da Pedagogia da Alternância & IV Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. **Anais.** Salvador, Bahia, Brasil: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. UNEFAB, 2019.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli S. et. all. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAS**. São Paulo: Vozes, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia M. Wanderley; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PISTRAK, Moisey M. **Escola comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês trabalho e educação**: liberdade autonomia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TELAU, Roberto. **Ensinar – incentivar – mediar:** dilemas nas formas de sentir, pensar e agir dos educadores do CEFFAs sobre os processos de ensino/aprendizagem. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte/MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

UNEFAB. II Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil (CONPAB) & V Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. **Documento Base**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. UNEFAB, 2025. Disponível em <https://unefab.org/wp-content/uploads/2025/02/II-CONPAB-Documento-base-Final_03-02-2025.pdf>. Acesso em 25/03/2025.

1. (...) “O CEFFA é uma Associação de Famílias, Comunidades, Pessoas, Organizações e Movimentos Sociais e Sindicais do campo, que funciona por meio da Pedagogia da Alternância, promove uma formação humana integral e emancipatória, articulada à produção e reprodução sustentável da vida, baseada na agroecologia, com finalidades educativas vinculadas a um novo projeto de campo e sociedade” (Unefab, 2025, p. 69). [↑](#footnote-ref-1)